

Imaginário e representações sociais¹

*João Eduardo Coin de Carvalho*²
Universidade Paulista

Resumo

A partir da proposta de Castoriadis sobre o imaginário radical, proponho seu desdobramento para a presença do imaginário nos grupos sociais categoriais. Estes grupos se constituiriam a partir da presença do imaginário no seu interior, presença viva que os diferencia dos grupos cuja identidade se sustenta na sua organização. Neste cenário, a idéia de representações sociais, conforme indicada por Moscovici, encontraria no imaginário do grupo

Abstract

I suggest the unfolding of imagery in categories of social groups, with the aid of Castoriadis' radical imagery proposal. These groups would constitute the lively presence of the imagery inside that makes them different from groups whose identity is supported by their organization. In this scenario, the idea of social representations, in accordance to Moscovici, could find its source in the group imagery. Departing

¹ Imaginary and social representations.

² UNIP (São Paulo).

a sua fonte: é a partir dele que viria a se constituir o pensamento social deste grupo, como uma expressão simbólica deste mesmo imaginário. Caracterizado assim, o relacionamento entre as representações sociais e o imaginário do grupo se associa aos esforços de apresentar a TRS como campo especialmente profícuo para a construção e reconhecimento de uma instância que se constitua não “nos” indivíduos, mas “entre” eles e que submetida ao caótico do imaginário vem solicitar métodos de investigação diversos daqueles tradicionalmente utilizados nas Ciências Sociais.

Palavras-chave: imaginário; representações sociais; grupos sociais; discurso de grupo.

from this imagery, we find the social group thought understood as symbolic expression of the same imagery. In this way, the relation between social representations and the imagery of the group is associated to the efforts to present the SRT as a field that is specially useful for constructing and recognizing an instance not constituted “in” the subjects but “among” them, submitted to the chaos of the imagery that demands other qualitative investigative methods, different from those traditionally adopted by social sciences.

Keywords: imaginary; social representations; social groups; group discourse.

O imaginário em Castoriadis

Na segunda parte de *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1995), Castoriadis vai definir seu entendimento do imaginário, diferenciando-o do sentido corrente – o imaginário como falso, como invenção, como engano – e situando-o como fazendo parte indistinguível do que implica ser humano. Caracterizando as instituições sociais, ele afirma que tudo de que se fala, tudo o que se apresenta para e pelos indivíduos está associado a uma rede simbólica, um simbólico que obviamente está na linguagem, mas que também está nas instituições. Aquilo que determina uma instituição, o que se produz e o que se fala ali, não se explica perfeitamente pela sua funcionalidade, ou pelas conseqüências lógicas destes atos/palavras, mas a ultrapassa, isto é, comporta algo mais que escapa à

ordenação simbólica. Os símbolos institucionais, aquilo que representam, não são assim instituídos apenas racionalmente e também não são naturalmente, mesmo que apoiados de alguma forma na realidade. Isto que não é redutível ao simbólico, mas que a ele está necessariamente associado, é uma primeira aproximação do que Castoriadis irá chamar de *imaginário*.

Esta afirmação quanto ao que sobra do simbólico, que algo escapa, se derrama, como uma espécie mais ou menos (des)valorizada de resto, não é uma novidade. Para Durand (1998), desde a oposição entre as filosofias de Platão e Aristóteles, imaginário e razão ocupam lugares diferentes no entendimento da verdade. Para Platão, apenas através da linguagem imaginária do mito, por exemplo, é que se poderia acessar aquelas verdades que a razão é incapaz de circunscrever, como os sentidos da alma, da morte ou do amor.³ As querelas entre católicos e protestantes, ou entre o Islã e o ocidente, as infundáveis trocas de posição entre clássicos e românticos nas artes e na literatura, a distinção nietzschiana entre o apolíneo e o dionisiaco, ou ainda, como afirma Durand, a descoberta do inconsciente freudiano, são momentos desta batalha, na qual o imaginário e sua dimensão “materializada”, a imagem, parecem ser, circunstancialmente, os perdedores. Ao menos no que diz respeito à sua respeitabilidade científica, já que inegavelmente nós vivemos a sociedade do espetáculo e, sem apelo, a explosão do imaginário.

Ao longo da história, as disputas entre o imaginário e a razão atravessaram o debate religioso, filosófico, artístico e finalmente científico, revelando espaços de resistência ao racionalismo e ao positivismo que, no entanto, não impediram a hegemonia conquistada pelo último no âmbito das ciências. Este acontecimento, a hegemonia positivista, fruto da eficiência com que através deste método se logrou encontrar respostas para o controle e manipulação da natureza, migrou das Ciências Naturais para as Ciências Sociais no seu nascedouro, produzindo paradigmas para a Sociologia, a Antropologia e mesmo para a Psicologia Social. Nestas, o imaginário está associado ao primitivo, ao sem razão – ou sem ciência – conjunto de imagens, mitos e alegorias que caracterizam um pensamento infantil e, portanto, sem importância. Só muito recentemente é que aqueles elementos que a ciência social positivista coloca no

³ Durand, 1998, p. 16.

lugar de perturbadores do entendimento no âmbito humano passam a ocupar, a partir de um outro paradigma científico, lugar central na produção do conhecimento.⁴ O paradoxo que precisa ser apontado aqui é que o positivismo, como pretendida ação definitiva da razão sobre o invisível, o imensurável e o “irracional” que acompanham o humano, espécie de golpe de misericórdia no imaginário, acabou por produzir um efeito perverso: o esforço em conter a não-razão acabou por gerar sua “explosão”, e a imagem e seus congêneres metafísicos, como a religião e os misticismos de todas as ordens são, garantida sua presença fora das ciências, uma sombra que ocupa todos os interstícios sociais. Na sociedade do espetáculo, a imagem, mais do que qualquer outro meio, é o instrumento por excelência do convencimento, como bem sabem os profissionais de propaganda ou os terroristas profissionais, descartando as ferramentas tradicionais da ciência, como a lógica clássica, desprestigiada sistematicamente no senso comum e, sintomaticamente, no âmbito universitário.

Na sociedade em que predomina o que Durand chama de “iconoclastia ocidental”, o imaginário tem sido associado aos erros e à falsidade, aos restos da consciência, separado definitivamente do pensamento nas teorias “intelectualistas” de James, Wundt ou Husserl. Assim, entendido como uma sobra ou como algo desprezível, insignificante, o imaginário gera um problema da mesma ordem daquele que se tem com o lixo que não se deteriora: o que fazer com ele?

A posição de Castoriadis, indo além das tradições filosóficas e científicas ocidentais, é que aquilo que escapa ao simbólico, o imaginário, não é uma sobra, mas tem estatuto próprio, está ali sempre, ou mesmo é anterior à instituição do simbólico. Não se trata, porém de defender a existência de um conteúdo primordial, fora de qualquer tempo, pensamento dos deuses, matéria de um outro mundo. Não há uma substância preexistente às instituições que a expressam e que produzem a possibilidade de um significado. É o simbólico na língua e no fazer social das instituições que dá sentido à realidade.

⁴ Cardoso de Oliveira, 1993.

O imaginário grupal e as representações sociais

As considerações de Castoriadis sobre o imaginário nas sociedades e instituições podem ser transportadas para o contexto dos grupos. Aquilo que o grupo é, aquilo que ele pode ser, suas ações e perspectivas, serão sempre função de sua presença social, alicerçada no imaginário radical e no social histórico. Se para Castoriadis são significações imaginárias sociais que constituem o magma provedor de sentido para as sociedades, elas teriam como similares “significações imaginárias grupais” (CARVALHO, 1999), que irão compor o *imaginário dos grupos*. Assim, se há um imaginário social, entendo que haverá também um *imaginário grupal*, expressão do imaginário radical na história e no tempo de cada grupo social.

A partir desta derivação do imaginário social para o imaginário dos grupos é que proponho a conexão com a Teoria de Representações Sociais (TRS) de Moscovici (1978, 1988). A idéia de significação imaginária segundo Castoriadis viria a amparar as considerações sobre as representações sociais segundo Moscovici. A ambigüidade em se “definir” a representação social como de ordem exclusivamente cognitiva, isto é, no indivíduo, empurrando os teóricos a recorrerem a uma solução de compromisso – a cognição social – a dificuldade em se estabelecer metodologias que possam escapar ao fato de que a representação não está aí antes senão quando produzida na pesquisa, captada de alguma maneira, ela aproxima estas concepções. A significação imaginária oferece ainda subsídios para tratar de uma questão de difícil equacionamento na TRS: seu lado *imagético*, que ali é apenas acessório.

A Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici apresentou-se como antídoto à presença da Psicologia Social Americana, hegemônica, e buscou recuperar o social como instância distinta – mesmo que não separada – do individual neste campo, contribuindo para uma Psicologia Social mais efetivamente sociológica (FARR, 1999). O social aqui é compreendido especialmente nos grupos constituídos como *categorias sociais*, isto é, grupos que não possuem uma organização interna bem estabelecida, funções determinadas, uma identidade associada ao encontro face a face, e que são o alvo prioritário dos estudos que vão instituir uma Psicologia Social na Europa (CARVALHO, 1999). Es-

tes grupos categorias são diferentes daqueles usualmente estudados através das dinâmicas de grupo de Kurt Lewin com suas concepções pragmáticas, ou nas práticas terapêuticas que tem origem no psicodrama de Moreno; não são também como os grupos organizados nas instituições, onde organogramas e estatutos são o suporte básico da permanência destes conjuntos. Os grupos sociais categorias, ainda que tenham dimensão concreta – seja em termos de organização, duração, tamanho e objetivos – têm como fundamento para sua existência, justamente, seu reconhecimento social. É através deste reconhecimento por outros grupos numa determinada sociedade que o grupo fornecerá uma identidade aos indivíduos que o compõem e que, como já fora indicado por autores como Tajfel e Doise⁵, tem mais do que apenas uma função discriminativa, mas é um elemento decisivo para a explicação do comportamento efetivo dos indivíduos a partir dos *nomes* que utilizamos para esta caracterização. Não há dúvidas do quanto em nossa sociedade a categorização social, baseada quase que exclusivamente na imagem dos indivíduos, é responsável pelo comportamento, mais ou menos discriminatório, – quando não excludente – que temos uns em relação aos outros.

Subjacente à proposta de Moscovici está a valorização do senso comum, do conhecimento produzido fora do âmbito dos especialistas, dando a este conhecimento o valor que ele merece como organizador e impulsionador do comportamento dos grupos sociais. Para se falar em comportamento dos grupos, no entanto, é preciso destacar antes o seu *pensamento*; não o pensamento de cada indivíduo, mas o pensamento do grupo como entidade distinta da soma dos indivíduos. Através de processos classificados como sócio-cognitivos, o grupo se apropria do conhecimento gerado por outros grupos, tanto na sua dimensão de idéia quanto na sua versão imagética. O conceito associado àquele objeto que é estranho ao grupo será assimilado e acomodado ao universo simbólico que o precede e do qual o grupo já é possuidor. O estranho se torna familiar ao se ancorar no que já existe e ao ser integrado neste universo simbólico produz sua readequação. Ao mesmo tempo, uma imagem se associa a este novo, objetivando aquela idéia nova que está sendo incorporada pelo grupo. Neste processo, a imagem tem uma função facilitadora

⁵ Amâncio, 2000.

na disseminação da novidade, permitindo que ela alcance mais rapidamente a todo o grupo. A dimensão imagética da RS garante seu caráter de manipulável nos grupos: a imagem é mais eloqüente do que o conceito – ainda que não o substitua. Conceito e imagem juntos irão conformar, assim uma determinada representação social.

Estes processos, a ancoragem e a objetivação (MOSCOVICI, 1978), porém, não tratam de algo que acontece com cada indivíduo separadamente, mas entre os indivíduos, produzindo um problema epistemológico e, inevitavelmente, metodológico importante: se não está no indivíduo, *onde* ocorrerão estes processos, em que se “deposita” a representação social? A solução desta equação, denunciada como um vazio na TRS por Harré (1984) que afirmou a dimensão distributiva das representações sociais – o que não a afastaria da corrente principal da psicologia social americana – parece ser possível no entendimento da TRS a partir do conceito de imaginário segundo Castoriadis. O imaginário é o suporte sobre o qual se constituem as RS. É ele, no grupo, que preenche os espaços entre os indivíduos, que os relaciona, garantindo uma identidade comum que pode ser inferida através das RS. O que acontece entre os indivíduos do grupo, antes ocorrer dar em cada um individualmente, é imaterial, imensurável – não pode ser medido – porque é fluido, não tem concretude, está em permanente transformação. Uma representação social, neste sentido, devido justamente ao seu caráter transformável, tem como móvel, como apontado por Moscovici, a linguagem – o caráter conceitual – e algo objetivável – o caráter imagético. Estas duas formas sobre as quais se construiriam as representações sociais conformam justamente o magma do imaginário. Estendido da sociedade para os grupos, o imaginário grupal é a base para a produção das representações sociais. É preciso entender que o imaginário não é material, não pode ser contido, mas dele se podem obter evidências, que são as produções simbólicas de um grupo. Assim, a arte e a literatura, o cinema, a poesia, as possibilidades de entendimento do homem e da natureza, seja através das religiões, da ciência, ou das cosmologias propostas pela ficção científica, todas estas produções não são o imaginário, mas sim índices de sua presença: toda produção simbólica de um grupo é a materialização de seu imaginário. Neste sentido, as representações sociais, como pensamentos

sociais de um grupo, seria uma das possibilidades de sua expressão simbólica e, assim, a materialização do imaginário numa determinada circunstância. A cognição, ou ainda, a consciência da qual se trata aqui é algo que ocorre não dentro de cada indivíduo, mas de uma consciência social/grupal. Não se trata do inconsciente coletivo junguiano, ou de algo cujo caráter não material sugere uma “existência” atávica, ou espiritual. O imaginário que é suporte para as representações sociais, verdadeira consciência social fora dos indivíduos, evidencia-se a partir das ações concretas destes no mundo, debitada de laços que associam os indivíduos aos grupos sociais ainda que eles tenham apenas uma dimensão taxonômica, categorias sociais que pareçam ser não muito mais do que *nomes* atribuídos arbitrariamente a conjuntos desorganizados de indivíduos. Neste sentido fica mais concretamente estabelecida a presença de uma “razão” que não é a dos indivíduos, mas a razão dos grupos.

Decorrência direta desta proposição se refere aos métodos de coleta e análise que são utilizados para o estudos das representações sociais. A presença do pesquisador é tão marcadamente necessária nestas investigações que poder-se-á dizer que o trabalho deste cientista aproxima-se de maneira surpreendente daquele geralmente associado à produção artística. Por fim, o reconhecimento do grupo como entidade autônoma é de suma importância para a defesa dos discursos de grupos, de sua presença como imagem e linguagem, e da autodeterminação do grupo, contra o preconceito e a exclusão não apenas econômica, mas efetivamente social. Garantir aos grupos – qualquer grupo, desde que defensor de uma hegemonia negativa (CARVALHO, 1999) – espaços para postularem a posse de seu próprio discurso, apoiando-se, inclusive, naquilo que o próprio grupo “pensa” de si próprio, é também função do cientista social contra a manutenção da hegemonia de certos discursos na nossa sociedade.

Referências bibliográficas

AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J. *Psicologia Social*. 4. edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p.387-409.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Pós-modernismo*. Campinas: UNICAMP, 1993. 88p.

CARVALHO, J. E. C. *Grupos-nome e identidades adolescentes: uma proposta de entendimento para a virtualização do cotidiano*. 1999. 118 f. Tese (Doutorado em Psicologia) -- Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 418p.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 551p.

FARR, R. *Raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1999. 246p.

HARRÉ, R. Some reflections on the concept of social representation. *Social Research*, n.51, v. 4, p.927-38, 1984.

MOSCOVICI, S. Notes toward a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, n.18, p. 211-250, 1988.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 290p.